

Funaro descarta a recessão. E acredita que a reunião do FMI será "a hora da verdade".

O processo de negociação da dívida externa brasileira, que se inicia efetivamente nesta semana, vai ser muito difícil. Essa foi a sensação que o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, passou para um grupo de 70 importantes empresários com os quais se reuniu na noite da última sexta-feira, na residência do presidente da Gradiente, Eugênio Staub. O ministro fez um discurso de 40 minutos, a maior parte dos quais dedicados à questão da dívida. Ele reiterou o desejo do governo de fazer acordos plurianuais com os credores, de não ir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) enquanto a instituição defender a recessão e reafirmou que o crescimento da economia brasileira é inegociável.

Ao defender as posições do governo, Funaro mostrou que está em estreita sintonia com o presidente da República, especialmente para os empresários que compareceram tanto no encontro de sexta-feira, como na reunião de 15 dias atrás com José Sarney, em São Paulo. "Eles estão dizendo exatamente as mesmas coisas", afirmou Olacyr Francisco de Moraes, presidente do Grupo Itamarati.

O encontro de sexta-feira, contudo, teve um caráter diverso daquele em que esteve Sarney. O objetivo desta vez não era o de ouvir queixas e críticas, mas buscar a coesão do empresariado com relação à negociação da dívida e reforçar o prestígio do ministro da Fazenda junto aos presidentes das corporações mais expressivas da economia brasileira.

A idéia do encontro nasceu de última hora nos próprios gabinetes do Ministério

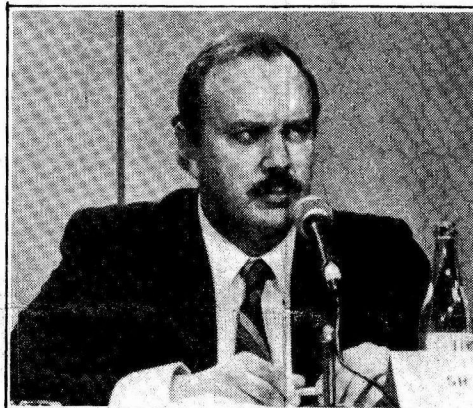
da Fazenda. Ele foi organizado em 48 horas, de quarta para sexta-feira. Para isso, não faltou o apoio do amigo Eugênio Staub, embora ele tivesse retornado do Japão na terça-feira à noite. A adesão, contudo, era uma incógnita e se imaginava a presença de 40 empresários. Na própria sexta-feira, a lista de adesões cresceu para 73 empresários, dos quais 68 acabaram comparecendo. Estiveram na residência de Staub 14 representantes de entidades empresariais, 34 de grupos nacionais e 20 de empresas multinacionais.

"O ministro recebeu uma carta branca do empresariado", afirmou, ao final do encontro, Eugênio Staub. Ele até entregou para o ministro um telegrama que recebeu do presidente de uma multinacional declinando do convite por ter compromissos inadmissíveis. O empresário, cujo nome Staub não quis revelar, acrescentava no telegrama que estava de acordo com as posições do governo sobre a dívida externa. "Aqui ou em qualquer outro país interessa à indústria o crescimento da economia", enfatizou Staub.

Um testemunho foi dado pelo presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang



Dílson Funaro



Eugênio Staub

Sauer. "Sou um defensor da economia livre. Mas entendo que, neste momento, o Brasil tem certos limites. Não se pode pagar mais do que se tem. Temos de fazer um esforço para que o Brasil cresça." Para Sauer, contudo, a decisão de não ir ao FMI não é definitiva. "Como dois e dois são quatro, o Brasil acabará indo ao FMI", prognosticou ele.

Sauer desfilou uma série de argumentos. O FMI está aberto e não quer um desastre social brasileiro porque não é a base de sua atuação. O FMI, continuou Sauer, não é um instrumento capitalista pois tem entre os seus associados países socialistas. Ele arrematou que a regra foi escolhida pelos sócios, entre os quais o Brasil, mas pode ser reformulada.

Se a receita mudar, o Brasil irá ao FMI?

"Por que vocês estão defendendo isso?", indagou Funaro. Não é o caso de defesa. Mas sabemos que os bancos credores pequenos querem esse aval por não poderem acompanhar de perto a execução da política brasileira. "O FMI continua na política de que os devedores devem gerar superávits comerciais para pagar a dívida. Esse esquema é recessivo e não vamos aceitar",

acrescentou Funaro.

Para o Governo a dívida externa merece um tratamento mais político que financeiro. nesse sentido, Funaro aposta algumas fichas na reunião do FMI, que se instala em Washington amanhã, em cuja pauta, lembrou o ministro, figura a crise de 1980/1982. "Não se trata de um confronto, mas de se buscar mais segurança para todos nós, credores e devedores", afirmou o ministro, para quem o encontro desta semana significará "a hora da verdade".

Funaro estará amanhã em Nova York, onde conversará com presidentes de dois importantes bancos credores, e seguirá na quarta-feira a Washington para participar da reunião do FMI. Na sua agenda está previsto encontro com William Rhodes, presidente do comitê dos bancos credores? "Não.

O governo anterior é que costumava mandar seu ministro para conversar com o comitê de credores. O governo Sarney manda seu ministro fazer contatos com ministros e governos. Quem fala com o comitê de credores é o presidente do Banco Central, Francisco Gros", respondeu Funaro. Além de Gros, estarão na comitiva do ministro os assessores especiais para a dívida externa, embaixador Alvaro Alencar e Paulo Nogueira Batista Junior, e o chefe de gabinete da Fazenda, jornalista Roberto Muller.

O processo de negociação que se inicia não tem prazo para terminar. Segundo Funaro, tudo dependerá da disposição dos credores em aceitar o anseio de crescimento da economia brasileira. "Falamos que o ministro é quixotesco e messiânico, mas ele é racional", defendeu Paulo Francini, assessor empresarial do Ministério da Fazenda.

Quanto ao quadro interno, o ministro garantiu aos empresários, com a injeção de recursos do governo no mercado financeiro, que as taxas de juros começarão a cair, que o gatilho será mantido como forma de evitar a corrosão do salário real médio e que, apesar do novo realinhamento de preços, a inflação de abril será menor que a de março, mas maior que a de dezembro (7,27%). No que se refere ao corte dos gastos públicos, Francini informou que, mais uma vez, mudou a postura do Governo. "Os cortes de subsídios ficarão por conta do próprio Executivo", disse ele. Ou seja, na política do corte não corta o governo parece ter preferido fazer ele mesmo a mandar o assunto para decisão do Congresso Nacional.

Vicente Dianezi Filho